

11-10-2006 14:41:00. Fonte LUSA. Notícia SIR-8415355

Temas: desporto futebol portugal

Futebol: Lei Bases Desporto - Hermínio Loureiro preocupado com segurança social

Lisboa, 11 Out (Lusa) - O presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), Hermínio Loureiro, manifestou hoje "grande preocupação relativamente ao futuro do desporto profissional", devido às alterações referentes à segurança social na nova Lei de Bases.

"Há alterações significativas em termos de contribuições para a segurança social por parte das entidades empregadoras, clubes ou SAD's, e dos praticantes desportivos que têm fazer descontos para a segurança social", comentou o novo presidente da LPFP.

Hermínio Loureiro deu voz às suas preocupações durante a terceira audição pública, em sede de comissão parlamentar, da nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, na sala do Senado da Assembleia da República.

Em causa está o facto do artigo 40º da Proposta de Lei do Governo não prever qualquer regime específico para os praticantes e demais agentes desportivos, ao contrário de toda a legislação que tem vindo a ser aprovada nesta matéria desde a primeira Lei de Bases do Desporto, em 1989.

"O final desta especificidade pode ter repercussões muito grandes e preocupantes para o desporto português", acrescentou, garantindo que a sua preocupação "aumentará quando se apurarem os números" dos montantes em causa.

O antigo secretário de Estado da Juventude e Desporto está na disposição de pedir uma audiência ao seu sucessor, Laurentino Dias, no sentido de "sensibilizar" o Governo para esta matéria.

Por outro lado, Hermínio Loureiro abordará a questão com as outras Ligas profissionais, nomeadamente as de basquetebol e andebol, bem como com os vários grupos parlamentares no sentido de uma alteração daquela disposição antes da votação na especialidade da Proposta de Lei.

A questão foi ainda abordada pelo deputado Abel Batista (PP), bem como pelo representante da UGT, Joaquim Mendes Dias, tendo sido o ponto mais relevante de uma audição que, tal como se esperava, acabou por ser "morna".

O tema deverá voltar a ser suscitado na quarta e última audição pública, agendada para 18 de Outubro, que vai tratar de questões relacionadas com os apoios financeiros e a fiscalidade na nova Lei de Bases.

JFF.

Lusa/Fim